



## GABINETE DO PREFEITO

### DECRETO Nº 405, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a atualização da tabela de planta de valores venais para efeito de incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU para o exercício de 2026.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** a tese de julgamento do Tema 211 pelo Egrégio STF (RE 648.245): *“A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária”*.

**CONSIDERANDO** que a recomposição inflacionária anterior, vigente no exercício de 2025, levou em conta a anualidade compreendida até o mês de novembro de 2024;

**CONSIDERANDO** que pela avaliação realizada pela Secretaria Municipal de Finanças o índice do IPCA no período compreendido entre outubro de 2024 e outubro de 2025 alcançou 4,68%;

**CONSIDERANDO** que dinâmica inflacionária demonstra que no período compreendido entre novembro de 2024 e novembro de 2025 não evidenciará percentual distinto daquele verificado;

**CONSIDERANDO** o Processo Administrativo nº 2025036044.

### DECRETA:

Art. 1º Os valores constantes da tabela de valores venais relacionados ao IPTU, para o exercício de 2026, são reajustados na ordem de 4% (quatro por cento).

Art. 2º A UFL – Unidade Fiscal de Luziânia não terá seu valor de face reajustado.

Art. 3º O valor venal para efeitos de incidência do ITBI será aquele registrado na negociação ou na arrematação judicial.

Parágrafo único. Caso o valor da negociação seja inferior ao valor venal estabelecido como base de cálculo para efeitos de incidência do IPTU, este último será o valor referencial.

Art. 4º Os programas de incentivo à efetiva arrecadação, bem como aqueles relacionados à redução da litigiosidade serão preconizados em leis municipais, mediante proposta elaborada pela Secretaria Municipal de Finanças.



Art. 5º Fica delegado ao titular da Secretaria Municipal de Finanças a competência para dirimir eventuais dúvidas ou editar outras providências relacionadas ao recolhimento e à incidência tributária no exercício de 2026.

Parágrafo único. Excetua-se da delegação de competência prevista neste artigo o encaminhamento de projeto de lei.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todos as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**, data da assinatura eletrônica.

---

**DIEGO VAZ SORGATTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA**